



Processo: 16.273/2024

Recorrente: Oriente Construção Civil Ltda. - "em Recuperação Judicial"

Recorrida: Sane Lagos Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.047 de 2024 - Processo Licitatório n. 686/2024

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.047 de 2024 - Processo Licitatório n. 686/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para os serviços de locação de tratores com operador e implementos para mecanização da limpeza pública para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos pelo período de 01 (um) ano.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 08 de julho de ano em curso.

Em síntese, a recorrente afirma que a empresa recorrida apresentou o balanço patrimonial apenas do ano de 2022 e não dos últimos exercícios, em descumprimento ao item 18.4 do Edital e artigo 69 da Lei n. 14.133/2021, requerendo a sua inabilitação (fls. 03/06).

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 07/09, aduzindo que apresentou devidamente o balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios (2021 e 2022), os quais estão presentes no SICAF e, conforme previsto na Instrução Normativa RFB n. 2142/2023, tratando-se de escrituração contábil, o prazo final para apresentação do balanço patrimonial relativo ao exercício de 2023 é o último dia do mês de junho de 2024, ou seja, 28 de junho de 2024, sendo certo que a sessão ocorreu em 13/06/2024, requerendo, ao final, o indeferimento do recurso.



A Comissão de Pregão III, em manifestação acerca do recurso (fls. 10/16), afirmou que o balanço apresentado pela recorrida estava inserido no SICAF e, quando convocada a apresentar seus documentos de habilitação na sessão pública ocorrida em 20/06/2024, apresentou os relativos aos exercícios de 2021 e 2022.

Afirmou, ainda, que considerando que o último balanço apresentado se refere ao exercício de 2022, para ser aceito para análise, de acordo com o subitem 18.4 do edital, deve observar o prazo limite definido pela Receita Federal para a entrega da ECD no último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere, conforme previsto no art. 5º da IN RFB n. 2003/2021 e art. 16, § 4º da IN SEGES/MP n. 3/2018.

Por fim, aduziu que não prospera a arguição da recorrente acerca da ausência do balanço patrimonial da recorrida, uma vez que os documentos estão completos no SICAF, possibilitando a apuração da boa situação financeira da empresa, não havendo prejuízo ao processo licitatório, encaminhando os autos a esta Procuradoria para manifestação jurídica.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;



c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.



16273
10 07 24
Folha nº 20 8

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos exarar sua decisão.

Pois bem. A questão versada no recurso diz respeito à exigência prevista no subitem 18.4 do Edital de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

De acordo com a previsão do subitem 18.4.3 do Edital, tais documentos *“deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped”*.

Conforme fundamentado pela Pregoeira, de acordo com o art. 16, § 4º da Instrução Normativa SEGES n. 3/2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal, o *“balanço patrimonial deverá ser apresentado anualmente até o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped para fins de atualização no Sicaf”*.

Por sua vez, a Receita Federal estabeleceu no art. 5º da Instrução Normativa RFB n. 2003/2021, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2142/2023, que a *“ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração”*.

la.

OC



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCESSO Nº 16273
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO 04 24

Folhas Nº 21 Rubrica 8

Considerando que a sessão do Pregão Eletrônico foi realizada em 13/06/2024, o prazo para apresentação do balanço patrimonial relativo ao ano de 2023 era até o dia 28/06/2024.

Portanto, considerando que a recorrida apresentou os balanços patrimoniais relativos aos anos de 2021 e 2022, restou atendido o cumprimento do subitem 18.4 do Edital, motivo pelo qual não assiste razão à recorrente.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela improcedência do recurso, com a remessa dos autos à Comissão de Pregão III** para ciência e decisão.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 08 de julho de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347